

Apresentação

OUTRO MODO DE INTERPRETAR O BRASIL

IV

REGINALDO SOUZA SANTOS*

FÁBIO GUEDES GOMES†

THIAGO CHAGAS‡

JOSÉ MURILO PHILIGRET||

ELIZABETH MATOS RIBEIRO¶

MÔNICA MATOS RIBEIRO#

No *Ensaio III*, chamamos a atenção para o nosso persistente e incorrigível conservadorismo. Mesmo este sendo um traço cultural muito forte em nós brasileiros, e que impõe um ritmo muito lento nas mudanças que requerem urgência, o aprofundamento da atual crise exige que se retome o mais rapidamente possível o processo da *construção interrompida* — da qual nos falou Celso Furtado. Porém, a retomada não pode ser — dizíamos — nos termos de 70 ou 60 anos atrás, a exemplo da instalação de grandes projetos industriais, da modernização do campo alicerçada em empreendimentos agroindustriais de ampla escala, de uma matriz energética centralizada em fontes não renováveis (petróleo), de uma integração nacional com base no transporte rodoviário, de inovação com forte importação de tecnologia, etc.

Neste *Ensaio IV*, era nossa intenção afirmar que conseguimos muito das questões acima colocadas, as quais levaram a mudanças fortes nas estruturas administrativas, econômicas, sociais, culturais e ambientais — e

* Reginaldo Souza Santos é professor titular da Escola de Administração da Ufba e fundador e coordenador do Grupo de Pesquisa em Administração Política.

† Fábio Guedes Gomes é doutor em Administração (Ufba), professor de Economia da Ufal e pesquisador associado do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas e Desenvolvimento.

‡ Thiago Chagas é doutor em Ciências Sociais (Ufba) e professor do Instituto Federal da Bahia (Ifba), *campus* Feira de Santana.

|| José Murilo Philigret é professor da Faculdade de Economia da Ufba, doutorando da Escola de Administração da Ufba.

¶ Elizabeth Matos Ribeiro é doutora em Ciência Política e professora adjunta da Escola de Administração da Ufba.

Mônica Matos Ribeiro é professora da Uneb e doutoranda em Administração na Ufba.

podemos até aplaudir muitas delas, mesmo sabendo que foram alcançadas a um custo quase incalculável! E agora, embora tardiamente, devemos conceber uma proposta de futuro para a sociedade brasileira mais voltada à descentralização da produção e do consumo, tendo como finalidade primeira retomar a conclusão da matriz produtiva e concluir plenamente o processo tardio da inclusão social.

Demoramos quatro meses entre o término do terceiro ensaio e início deste quarto, tempo suficiente para o processo social brasileiro alterar-se de forma muito preocupante, deliberada, desonesta e comprometedora do nosso futuro — por isso, inaceitável! A causa desse espanto não ocorre somente pela mudança de governo, mas, sobretudo, pelo conteúdo retrógrado das propostas no campo econômico e social, cujo desatino mais relevante e comprometedor do futuro da nossa sociedade está manifestado na Proposta de Emenda à Constituição n.º 241, que objetiva criar um Novo Regime Fiscal, com duração de vinte anos! Nesse momento, outubro de 2016, essa Proposta está em tramitação acelerada no Congresso Nacional.¹

Ao fim e ao cabo, em todo esse movimento, o mais curioso não chega a ser o conteúdo das propostas, mas a falta de reação de uma sociedade com pouco mais de duzentos milhões de habitantes — que é considerado um país (e de fato é) plural e com profundas feridas abertas decorrente do histórico desequilíbrio social e material: fome, analfabetismo, morte precoce, violência e insegurança! Certamente que o primeiro ambiente institucional para uma reação a esse tipo de agressão seria o Congresso Nacional, mas este se encontra sem condições políticas e morais para esboçar qualquer reação, além de ser um nefasto traço cultural de essa instituição enxergar no apoio às medidas de grande impacto, oriundas do executivo, a oportunidade para tirar vantagens políticas e o máximo proveito individual.

A representação sindical continua, mais do que antes, dividida. A ala majoritária, que apoiou aberta e inconvenientemente o governo anterior petista, perdeu espaço político — sobretudo na sua própria base — e parece sem ânimo para reagir; portanto, fora do processo decisório, provavelmente por um bom tempo. O segmento minoritário, mais articulado com as práticas da ala centro-direita, fecha com o governo naquilo que é essencial, mas faz questão de marcar posição opondo-se ao que é perfunctório

¹ Depois de tramitar na Câmara, a proposta foi encaminhada ao Senado, sob o n.º 55, e aprovada em 13-12-2106.

na proposta governamental e pouco defendendo o que seja relevante para o futuro da classe trabalhadora.²

Assim, nesse palco e com esse *script* se exibem os administradores políticos que decidem e conduzem o futuro do Brasil. É uma maneira de agir que compromete o amanhã daqueles que são amplamente dependentes da ação pública, pois os que decidem o *que fazer* e o *como fazer* não se importam com o futuro da Nação porque o destino deles já está dado pelo que fazem no presente.

Na expectativa de uma reação mais fundamentada e contundente às propostas do atual governo, continua surpreendendo o comportamento omissivo da Universidade Pública brasileira, principalmente os militantes dos campos de conhecimentos ditos aplicados, como Administração, Economia, Direito e Sociologia. Aliás, esse traço fortemente conservador da nossa sociedade é riscado pelos setores *mais esclarecidos*, responsáveis diretos pelo que se delibera acerca da condução dos processos sociais — e a Universidade é a instituição que congrega a síntese do que é mais representativo de tais setores. Portanto, quando emitimos juízo de valor acerca das práticas conservadoras encontradas no processo social brasileiro, tipificando as elites políticas e econômicas como responsáveis pelo demorado progresso social ou mesmo por retrocessos como este que está sendo proposto pela PEC n.º 241, fica fora do rol do conservadorismo os quadros das instituições universitárias.

Infelizmente, a Universidade nunca foi protagonista em nada de grande relevância, ao longo do nosso processo histórico. Antes de se constituir como tal (década de 1930), os intérpretes do Brasil ou estavam fora dela ou tinham uma relação bissexta com o ensino superior ou com o trabalho acadêmico institucionalizado. Vejamos os casos de Machado de Assis, João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto), os irmãos Aluísio de Azevedo e Artur de Azevedo, José de Alencar, Lima Barreto, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Paulo Prado, Víctor Nunes Leal, Sérgio Buarque de Holanda, Tarsila do Amaral, Carlos Gomes, Villas-Lobos, Celso Furtado, os indigenistas irmãos Villas-Bôas, Ignácio Rangel, Gilberto Freyre, João Ubaldo Ribeiro e tantos outros.

Nas décadas de 1940, 1950 e no primeiro lustro da de 1960, abriu-se um grande debate nacional no qual se opunham duas grandes correntes: a

² A reforma trabalhista que ora tramita no Congresso Nacional e que acaba com a obrigatoriedade do imposto sindical para se transformar na energia regeneradora da ação política da classe trabalhadora — sindicalizada ou não.

do *nacional-desenvolvimentismo* (defendendo que o Estado fosse o protagonista líder na concepção e execução do projeto de desenvolvimento) e *neoliberalismo* (em sentido oposto, atuando em defesa de um desenvolvimento associado ao capital externo). Esse é um debate que nasce, que ganha proporções nacionais e que orienta o nosso destino fora da universidade ou no cotidiano das práticas da política pública.³

Depois de iniciar a implantação do ensino pós-graduado, da pesquisa sistemática e do regime de trabalho docente em tempo integral, a nova geração de *pensadores* traz para dentro da universidade a prerrogativa de pensar o Brasil — sob a áurea da “cientificidade”. Com isso, os institutos e escolas isolados ou foram incorporados à universidade que nascia ou foram esvaziados com a perda de quadros para a academia que surgia. Os sistemas de apoio, financiamento e controle, como a Capes, criada em 1951, e o CNPq, criado em 1972, completam essa nova institucionalidade acadêmica. Antes mesmo delas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1948, foi formada a partir do reconhecimento do desenvolvimento de uma massa crítica capaz de enfrentar os grandes desafios do país mediante a produção de ciência e tecnologia.

Sem querer desconsiderar o amplo debate que se faz no Brasil acerca dos resultados da avaliação fundada no chamado “mérito acadêmico” e o baixo retorno da produção do conhecimento em razão do exíguo orçamento que o poder político destina à área de ciência e tecnologia, o fato lamentável é que a Universidade vem perdendo, sistematicamente, o protagonismo na discussão dos grandes temas nacionais, entre eles sobre o projeto de futuro para o País. Ainda mais grave: por opção autônoma, a Universidade exclui da sua agenda de reflexão o debate sobre o Projeto Nacional; o lugar deste foi preenchido com conteúdos reformistas relacionados à

³ Esse debate está muito bem retratado em Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Hoje, esse debate parece morto; apenas sobrevivendo em instituições remanescentes da cultura do passado, com destaque para o *Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento* — uma das poucas instituições que têm produzido muito e que estão preocupadas com o *Projeto de Nação!* De 1955 a 1964, o grande debate sobre o futuro do Brasil foi construído pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), criado em 1955 e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, dedicado a desenvolver estudos voltados para o desenvolvimento nacional, mas, sobretudo, em criar uma ideologia desenvolvimentista para o Brasil. Em 1964, o regime militar perpetra um dos seus primeiros crimes contra a ciência e cultura, extinguindo o Iseb, instaurando um IPM (Inquérito Policial Militar) e seus membros passaram a ser investigados. Entre os mais e menos efetivos colaboradores estavam: Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Antônio Cândido, Cândido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos, Álvaro Vieira Pinto, Ignácio Rangel, Carlos Estevam Martins, Celso Furtado, Gilberto Freyre, Heitor Villa-Lobos, Miguel Reale e Sérgio Buarque de Holanda.

produtividade dos processos de trabalho e ao equilíbrio orçamentário, precondição para evitar o colapso da chamada “crise fiscal” e da debacle social.⁴

Decerto que a adoção dos mecanismos de controle, por meio dos sistemas de avaliação e financiamento, impactou negativamente sobre a autonomia universitária, principalmente quando a *burocracia científica* — formada por membros oriundos da própria Universidade —, que administra a política para o setor, define autonomamente o que deve ser investigado e quanto de dinheiro é necessário para fazer qualquer coisa! Esta é a essência dos editais temáticos lançados pelas agências de financiamento, controle e avaliação.

E mais, o trabalho que a Universidade vem fazendo, não demonstrando interesse maior pelas causas mais fundamentais da sociedade, revela uma opção política e ideológica oportunista. Política porque abdica da sua atuação autônoma e se integra organicamente a qualquer governo da ocasião.⁵ Ideológica porque se alinha com facilidade e subalternamente às teorias e métodos produzidos por forâneos, cujos compromissos e interesses se opõem aos nossos — e chamam esse rapapé de *network*, visibilidade, internacionalização! É o servilismo, de um lado, e o *complexo de vira-lata*, de outro lado.

De outro modo, consideramos esse um posicionamento oportunista porque os seus membros estão cientes de qual deve ser o papel social da Universidade numa sociedade marcada por profundos desequilíbrios socioeconômicos, já que repetem à exaustão que, além do princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, a Universidade deve ser *pública, gratuita, de qualidade e comprometida com os interesses da sociedade (sic)*. Em conclusão: essa nossa Universidade, entre reivindicar mais dinheiro para a pesquisa, optou pelo equilíbrio fiscal; entre produzir um conhecimento próprio, interpretando melhor a nossa realidade e propondo caminhos do interesse de todos, optou por um alinhamento científico internacional subordinado e castrador da possibilidade de construirmos o futuro com maior liberdade de decisão. Ou seja, produzindo um conhecimento com maior grau de autonomia teórica e metodológica fundado, sobretudo, em nossa nua e crua realidade!

⁴ Sobre questão o caráter ideológico do debate da chamada “crise fiscal” veja o contraponto feito por Reginaldo Souza Santos. *Keynes e a proposta da administração política para o capitalismo — uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da Crise Fiscal*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

⁵ Essa tem sido a postura, por exemplo, da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil), na última década.

A história da análise da economia política brasileira contemporânea revela esse fenômeno com preocupação. O ensino de pós-graduação e a pesquisa se estruturaram de forma universalizada, durante as décadas de 1970, mesmo com forte repressão política, e a de 1980, sob aguda restrição de recursos, dada pela crise econômica e de nossas escolhas quando da elaboração do orçamento público. Ainda assim, tivemos algum tempo para produzir análises fecundas expressas em textos como: *Estado e Capitalismo no Brasil*, de Carlos Estevam Martins, (Hucitec, 1977); *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, organizado por Luciano Coutinho & Luiz Gonzaga Belluzzo (Brasiliense, 1982); e *Elegia para uma re(li)gião*, de Francisco Oliveira (Brasiliense, 1976). Mas eram análises que já não mais traziam os grandes debates e as proposições de outrora (como as contidas nos textos do Iseb), visto que a preocupação central estava voltada a uma avaliação (com conclusão quase sempre negativa) do período dos governos militares.

Pensamos não incorrer em uma leviandade intelectual ao afirmar que o melhor capítulo dessa reinterpretação e proposição para o Brasil, naquele período, está escrito no distante *A inflação brasileira* (1963), do esquecido Ignácio Rangel, e na tetralogia de Celso Furtado, publicada pela Paz e Terra: *A fantasia organizada* (1985); *A fantasia desfeita* (1989); *Brasil, a construção interrompida* (1992); e *Os ares do mundo* (1992). Infelizmente (ou felizmente), reflexões de pensadores fora da academia brasileira!

Se esse voo mais rasteiro do pensamento acadêmico crítico indicava, por um lado, uma forma de encaminhar proposta de conserto do que deu errado antes, por outro lado, significava, também, uma rendição às *posições inimigas*, seja por falta de convicção ideológica no que se estava defendendo, seja por algum oportunismo profissional pouco revelado. Por isso, o ideário ortodoxo passou a predominar, tanto no plano teórico e metodológico referente à orientação dos planos de ensino e dos trabalhos de pesquisa, como no plano prático quanto à orientação dos conteúdos das políticas governamentais.⁶

⁶ É evidente o conservadorismo e a instrumentalização radical dos planos de ensino das universidades nos três programas de ensino (graduação, mestrado e doutorado), especialmente nas ciências sociais e humanas, marcados pela profissionalização radical para o atendimento de uma dita “exigência do mercado” — um currículo voltado para a competência: conhecimento, habilidade e atitude; assim como nos projetos e relatórios dos resultados de pesquisas, caracterizados pelo enrijecimento dado pelo “rigor metodológico” exigido; assim, a definição do problema, objetivo, hipótese, o plano teórico e o capítulo especial da metodologia dão mais trabalho e preocupação ao aluno e/ou pesquisador do que a análise do objeto do estudo em si mesmo. Nesses casos, o resultado final, depois de um esforço sem tamanho (e imbecil), é uma compilação do que já fora produzido sobre o objeto de investigação e um enquadramento da realidade ao plano teórico previamente

Infelizmente, outra não foi a nossa escolha teórico-ideológico-analítica! Não sendo capaz de construir um argumento teórico e tecnicamente sólido sobre as causas que levaram à crise que se estabelece entre nós, a partir de 1980, a esquerda brasileira foi aos poucos aderindo aos pressupostos da ortodoxia, sobretudo no reconhecimento da existência de uma *crise fiscal*. A unanimidade que se prefigura em torno dessa questão é reveladora do triunfo consagrador do pensamento neoliberal na administração política das nossas relações sociais, notadamente as relacionadas com a produção e a distribuição!

No plano das ideias, essa convergência começa a se prenunciar com os lançamentos das coletâneas *A crise do bom patrão* (1983), de Paulo Rabello de Castro e outros, de inspiração neoliberal, e o *Déficit público: política econômica e ajuste estrutural* (1987), organizado por Ernesto Lora, de inspiração progressista crítica, vinculada a diferentes centros acadêmicos, como Unicamp, UFRJ, PUC-RJ, UnB, etc. No plano empírico, tudo parece ter início com os governos de centro-esquerda no Rio de Janeiro, com Brizola, em 1983; em São Paulo, com Franco Montoro, em 1983; na Bahia, com Waldir Pires, em 1987; no Rio Grande do Sul, com Alceu Colares, em 1987; no plano nacional, Fernando Henrique Cardoso, entre 1995-2002.

O ápice dessa convergência subordinada ao ideário liberal ocorre, a partir de 2003, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o governo do Brasil. Nesse período, a política governamental parece deixar a ala capitalista duplamente satisfeita. De um lado, porque, embora o governo não assumisse abertamente haver uma crise fiscal como discurso legitimador da sua política de ajuste, na prática, se esforçava em produzir *superávit primário* ano após ano, prometido, implicitamente, na famosa *Carta ao povo brasileiro*, um compromisso de lealdade aos acordos e contratos já firmados com o mercado financeiro-bancário! Por outro lado, porque, embora querendo redimir-se da *traição* ideológica ao assumir o credo neoliberal praticando uma política de ajuste fiscal, enfraqueceu a luta social na perspectiva de classe ao dar curso às políticas públicas voltadas para as especificidades:

estabelecido! Sim, e o conhecimento produzido, a partir de estudo em causa? Bem, isso pouco importa, pois o relevante e estatisticamente significativo é que saiu um relatório de pesquisa, uma dissertação/tese, uma comunicação em congresso científico, um livro e, o mais expressivo de tudo, um *paper* publicado em revista *qualis* acima de B2, permitindo ao programa ao qual está vinculado obter notas 5, 6 ou 7 — este último escore tido como a consagração!

gênero, raça, quilombolas, afrodescendentes, LGBT, MST, MTST, etc., perdendo qualquer perspectiva de resgate de uma proposta de longo prazo para o País. Visando legitimar-se ante os movimentos sociais, o governo institucionaliza as relações com esses movimentos mediante a criação de aparelhos de Estado relacionados com tais especificidades: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria da Reparação Racial, Delegacia da Mulher, Secretaria de Combate à Fome, Secretaria de Economia Solidária, etc.

Do seu turno, no rastro dessa luta específica, o Capital não só incentiva essa dispersão como também encontrava (e encontra) a oportunidade de empregar os seus ideólogos com financiamento público, mediante a multiplicação, às centenas e aos milhares, das diferentes espécies das chamadas organizações não governamentais — também denominadas conveniente e equivocadamente de *terceiro setor*.⁷ Não deve ser esquecida a principal justificativa para o aparecimento dessas entidades: o fracasso do Estado como provedor do bem-estar social!

Não se deve esquecer, também, que esse movimento de expansão de ONGs é posterior e complementar ao processo de privatização das empresas estatais produtoras de bens e intermediárias financeiras — processo começado no Chile, em 1973, e chancelado pelo *Consenso de Washington*, em 1989. Em verdade, a ONG é uma forma menos conflituosa de privatizar o espaço de acumulação de capital ligado ao setor social — espaço esse criado de forma ampliada a partir da crise de 1929/33, conforme analisado no ensaio *Ensaio I*.

Dessa análise, podemos concluir que a esquerda, ou o que possa dela estar representado no pensamento crítico ou pós-crítico, não tem nenhum comprometimento ou contribuição para a concepção do ideário liberal; mas, decerto, não poderá jamais ser isentada da responsabilidade de ter ajudado a implantar e legitimar, entre nós, esse desígnio da direita. Cremos que essa seja a razão maior que levou ao abandono do enfrentamento do grande conflito social dado pela oposição entre capital e trabalho (principalmente no plano distributivo), como também fez dispensar pouca preocupação em processos relevantes das relações sociais — sendo, talvez, o

⁷ Em verdade, é um negócio capitalista como outro qualquer, especializado em consultorias, cuja forma de atuação foge ao padrão metodológico tradicional. Sobre esse assunto ver especialmente Carlos Montaña. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

capítulo mais edificante o do *Orçamento do Estado*, por onde transitam nunca menos de 50% da renda nacional!

Nesse momento, a corrente de direita majoritária, através do governo interino, sem querer, abre uma nova e grande oportunidade para o Brasil discutir o seu futuro sem se perder na irrelevância diversionista do fluxo de caixa cotidiano! Estamos falando da PEC n.º 241, encaminhada ao Congresso Nacional, em junho de 2016, propondo um *Novo Regime Fiscal* — eufemismo para impor profundos cortes na despesa, por, pelo menos, duas longas décadas! Sendo aprovado esse projeto,⁸ o próximo passo inevitavelmente será a *desvinculação total de recursos orçamentários dos programas sociais de educação e saúde* — o objetivo que torna o orçamento completamente livre para se decidir, arbitrariamente, onde alocar a totalidade dos recursos. Um passo importante para a continuidade da política de transferência de recursos públicos aos setores rentista-parasitários.⁹ Tudo isso é muito desalentador!

Porém, o nosso desalento maior não vem da proposta em si ou da força do governo para aprová-la no Congresso Nacional, mas da forma rude como reagem os especialistas de dentro da Universidade ou de frações da esquerda que detêm algum poder político. Referimo-nos aos que governam estados, municípios e/ou organismos estatais (federais, estaduais e municipais), cujos dirigentes são detentores de mandatos legitimados por eleições diretas, a exemplos das áreas de saúde e educação, principalmente os casos notórios das universidades, hospitais, institutos federais, escolas técnicas, institutos de pesquisas, etc. A oposição quando reage o faz por meio de uma discussão rasteira, lamentando os cortes em tais ou em quais percentuais que as suas respectivas áreas sofreram ou irão sofrer — cortes estes já prenunciados na elaboração do Orçamento Federal para 2017.¹⁰

⁸ Foi aprovado pelo Senado federal em 13-12-2016 e promulgada no Congresso em 15-12-2016.

⁹ A propósito, conferir Fábio Guedes Gomes. *Rentismo-parasitário e nosso destino*. Maceió: Cadaminuto, 2016. Em <http://www.cadaminuto.com.br/blog/fabio-guedes/280067/2015/12/22/rentismo-parasitario-e-nosso-destino>. Acessado em 25-9-2016.

¹⁰ Por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que financia investimentos relacionados à infraestrutura científica e programas e projetos de desenvolvimento tecnológico e de inovação, tem uma receita estimada para 2017 de 5,2 bilhões de reais. Ele é gerenciado pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e suas fontes advêm da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), parcela da receita das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, compensação financeira, direito de uso de infraestruturas e recursos naturais, licenças e autorizações, doações e operações de empréstimos, além de devoluções de recursos ao próprio FNDCT, ou seja, fontes privadas. No entanto, mais de um quarto do fundo comporá a reserva de contingenciamento do Governo Federal, com o intuito de atingir metas de superávit primário. O sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação será profundamente afetado por essa política.

Esse é o caráter do debate que a esquerda propõe e o governo aplaude de pé — se necessário for —, pois individualiza a reivindicação, abrindo espaço para a fácil, barata e desonrosa cooptação!

A questão relevante não é lutar ou deixar de lutar contra o corte ou contingenciamento do Orçamento do ano em curso ou do vindouro, mas saber a razão que motiva um governo interino e com baixíssima legitimidade afrontar, de forma tão rápida e direta, os interesses da grande maioria da população altamente dependente da política pública e áreas tão estratégicas para o desenvolvimento nacional; portanto, muito dependente de fração expressiva do Orçamento do Estado brasileiro! No limite, medidas dessa natureza não interessam nem mesmo aos setores do capital vinculados à produção de bens e serviços — apenas interessa à fração *rentista-parasitária* do capital; não tanto para o hoje, mas, sobretudo, para o amanhã. Por isso, vinte anos! Esse tempo tão longo é a forma de responder positivamente àqueles que tanto criticam a falta de regras seguras, embora não poupam palavras (quando conveniente) que as instituições democráticas estão funcionando plenamente. E sabemos que não estão — o confronto aberto entre Legislativo, Judiciário e Executivo é, por enquanto, o sinal mais evidente dessa afirmação.

Mas, de fato, qual é o debate que a direita ou o seu governo quer evitar? Sem dúvida, a discussão e a elaboração de um Projeto para o Brasil. Em princípio, todos clamam por isso — diriam os ingênuos e os crédulos conscientes da discussão que se faz agora —, logo, sem problemas! Porém, quando se discute um Projeto dessa natureza, inevitavelmente, tem de se discutir, paralelamente, o seu financiamento e, nesse instante, o olhar obrigatório deve ser em direção ao *Orçamento do Estado*, palco que é, então, da grande disputa política pela renda socialmente produzida, dentro de um contexto capitalista. *Esta é a primeira luta* e tão relevante quanto a que se dá diretamente entre o capital e o trabalho! É aqui que reside o grande problema para os interesses estabelecidos, pois implica mexer na estrutura de distribuição que foi montada no Brasil, nas últimas três décadas e meia. Mais do que alterar aquilo que pode ser alterado, daqui para frente, é poder revelar como a distribuição está sendo perpetrada, no passado recente, conforme mostram os dados na Tabela I a seguir:

Tabela 1. Estrutura de distribuição do orçamento do Estado

Ano	Despesas selecionadas da União								
	Valores absolutos, em R\$ bilhões*					Valores relativos			
	Pessoal e encargos sociais	Juros e encargos da dívida	Demais despesas correntes	Investimentos	Total	Pessoal e encargos sociais	Juros e encargos da dívida	Demais despesas correntes	Investimentos
1980	25,3	12,3	78,1	18,5	134,2	18,9%	9,2%	58,2%	13,8%
1981	29,1	5,4	60,1	34,4	129,0	22,5%	4,2%	46,6%	26,7%
1982	25,5	7,9	73,8	23,0	130,2	19,6%	6,0%	56,6%	17,7%
1983	21,6	9,6	76,4	15,8	123,3	17,5%	7,8%	61,9%	12,8%
1984	18,4	6,2	81,2	11,3	117,1	15,7%	5,3%	69,4%	9,6%
1985	25,5	19,9	68,3	16,3	129,9	19,6%	15,3%	52,6%	12,5%
1986	26,5	65,1	88,1	33,9	213,6	12,4%	30,5%	41,2%	15,9%
1987	27,4	18,5	109,0	40,1	195,0	14,1%	9,5%	55,9%	20,6%
1988	34,8	70,7	106,9	34,8	247,2	14,1%	28,6%	43,2%	14,1%
1989	53,1	165,8	147,8	16,6	383,3	13,9%	43,3%	38,6%	4,3%
1990	143,4	66,1	173,9	25,0	408,3	35,1%	16,2%	42,6%	6,1%
1991	109,4	11,3	157,2	28,5	306,5	35,7%	3,7%	51,3%	9,3%
1992	102,8	50,8	153,7	23,1	330,4	31,1%	15,4%	46,5%	7,0%
1993	113,4	64,6	97,6	32,1	307,7	36,9%	21,0%	31,7%	10,4%
1994	135,0	72,7	96,6	28,3	332,5	40,6%	21,9%	29,1%	8,5%
1995	175,4	77,6	111,6	22,0	386,6	45,4%	20,1%	28,9%	5,7%
1996	170,4	81,2	107,9	23,9	383,4	44,5%	21,2%	28,1%	6,2%
1997	172,0	81,2	113,5	29,1	395,7	43,5%	20,5%	28,7%	7,4%
1998	178,2	114,5	109,9	30,8	433,4	41,1%	26,4%	25,4%	7,1%
1999	172,2	151,4	104,6	23,2	451,4	38,1%	33,5%	23,2%	5,1%
2000	179,9	114,0	107,5	29,6	422,0	40,5%	27,0%	25,5%	7,0%
2001	174,0	140,4	108,4	38,8	461,6	37,7%	30,4%	23,5%	8,4%
2002	175,8	129,4	111,6	23,7	449,5	39,9%	29,4%	25,3%	5,4%
2003	150,7	125,4	96,5	12,3	384,8	39,2%	32,6%	25,1%	3,2%
2004	156,0	129,7	105,7	18,9	410,3	38,0%	31,6%	25,8%	4,6%
2005	154,8	147,8	122,5	28,5	453,7	34,1%	32,6%	27,0%	6,3%
2006	173,2	244,5	135,6	31,7	585,0	29,6%	41,8%	23,2%	5,4%
2007	179,6	215,6	133,0	15,4	543,6	33,0%	39,7%	24,5%	2,8%
2008	184,2	152,5	128,5	13,5	478,7	38,5%	31,8%	26,8%	2,8%
2009	209,1	168,8	153,0	20,4	551,3	37,9%	30,6%	27,8%	3,7%
2010	217,5	157,2	163,7	30,6	568,9	38,2%	27,6%	28,8%	5,4%
2011	216,0	155,7	223,9	20,3	615,8	35,1%	25,3%	36,4%	3,3%
2012	210,3	149,4	240,5	24,6	624,9	33,7%	23,9%	38,5%	3,9%
2013	214,7	148,7	259,3	20,5	643,2	33,4%	23,1%	40,3%	3,2%
2014	234,8	181,6	305,6	23,0	745,1	31,5%	24,4%	41,0%	3,1%
2015	235,5	208,4	338,5	9,6	791,9	29,7%	26,3%	42,7%	1,2%
Total	4.816,4	3.721,9	4.849,7	872,1	14.260,2	33,8%	26,1%	34,0%	6,1%

* Valores atualizados com base no IGP-DI.

Os números acima não precisam ser analisados, são autoexplicativos. Dispensam análises de “especialistas” que os interpretem para o grande público que não sabe construir os complexos modelos matemáticos contendo as múltiplas relações financeiras, mas sabe perfeitamente a quem os números agradam quando estão agregados em grandes contas, em séries históricas longas, conforme demonstrados acima. Todos sabem e veem com aparente normalidade quando se diz que o Estado, por meio de seu orçamento,

transaciona com a sociedade: cobrando impostos, produzindo e comprando bens e serviços, emprestando dinheiro e recebendo juros, contraindo e pagando dívidas, pagando juros sobre a dívida contratada, etc. Porém, o que poucos sabem ou se preocupam em saber é que essas contas, no agregado, fazem do Estado o principal agente capitalista no comando dos capitais em suas diversas manifestações.

Desse modo, *o ritmo da dinâmica econômica e o nível da acumulação de riqueza social são determinados pelo orçamento do Estado e não pelo varejo do mercado!* Ao contrário do que muitos liberais debatem, o Estado não deve ser mínimo ou máximo, este tem a função de manter o eixo de acumulação em geral funcionando. O tipo e o tamanho de sua estrutura dependerão das circunstâncias impostas pelo movimento de acumulação. No período em que a cultura rentista-parasitária predomina sobre as demais formas de produção e apropriação da riqueza, o discurso do Estado mínimo toma relevo, mas muitas vezes mediante argumentos que estão anos-luz das verdadeiras razões dessa necessidade.

Um pouco mais do que isso e relevante é indagar: *qual o destino que tem sido dado a esse elevado orçamento de gasto?* Se olharmos com atenção para a evolução do comportamento do orçamento de gasto do Estado, percebemos que as contas públicas voltadas para a manutenção de atividades que produzem bens e serviços (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e para o aumento da riqueza social (Investimentos) vêm perdendo espaço notadamente para a conta Juros e Encargos da Dívida (que remunera pessoas e empresas que têm excedente de liquidez!).

Tomar um período longo para análise dos dados foi a maneira encontrada para demonstrar que o que está ocorrendo nos tempos mais recentes não é fruto de uma conjuntura desfavorável; em verdade, trata-se de uma forma de pensar e fazer o mundo de modo que os interesses daqueles que concebem e executam essa *Administração Política das relações sociais* estejam sempre preservados, mesmo que os mais necessitados (a maioria) sejam os sacrificados! É agressivo e desrespeitoso constatar que, em termos médios, o Estado transferiu para os rentistas, via juros, mais de um quarto (26,1%) do seu orçamento de gasto; enquanto isso, embora as atividades do Estado estejam muito mais ampliadas hoje do que há 35 anos, ainda assim, a participação dos gastos em custeio cai de 58%, em 1980, para 43%, em 2015.

Os dados de investimentos são mais desapontadores ainda. Mesmo sendo uma década crítica, os anos de 1980 tiveram uma despesa média em

investimento de 15% a.a. Nos últimos seis anos, por outro lado, o índice médio foi de 3%, representando uma queda espetacular de 80%! O resultado desses números é que, se não houve aumento na produtividade do trabalho nos serviços públicos, a redução do gasto implica, inevitavelmente, a queda de qualidade — pior para a população dependente desses serviços ofertados pelo Estado! No caso do investimento, a queda é tão expressiva que, mesmo não havendo uma avaliação a respeito, nos permite inferir que esse tipo de gasto não está sendo suficiente nem mesmo para recuperar o desgaste da capacidade instalada na produção corrente. Portanto, enquanto não seja feito um estudo empírico a respeito dessa questão, não é desonesto afirmar que o *Brasil está passando por um processo de despatri-monialização social*. Isto é muito grave!

Não podemos deixar de alertar que essa tendência de redução do gasto público ligado à oferta de bens e serviços piorará ainda mais com as medidas em curso, iniciadas no segundo mandato de Dilma Rousseff e aperfeiçoadas nesse governo de Michael Temer. É previdente e oportuno não esquecer de que o Estado, antes de se transformar em âncora do sistema capitalista, foi o seu grande estruturador, notadamente durante todo o período do mercantilismo absolutista. No curso da construção do ideário liberal — edificado principalmente pela tríade formada por Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill — houve espaço para o contraponto *malthusiano*, mediante o princípio da demanda efetiva, mostrando que a dinâmica do sistema não se restringia apenas ao circuito da produção (oferta), mas, também — e, sobretudo —, ao circuito da demanda, afirmando categoricamente que esta pode ser acima, igual ou insuficiente em relação à oferta, em cujo processo a distribuição tem posição central.

Desde então, sempre que a demanda efetiva tem sido insuficiente, a crise é uma consequência natural. Como os capitalistas não são organizados o suficiente para equacionar o problema, esse protagonismo é exercido pelo Estado, cujos instrumentos e meios foram ampliados e sofisticados depois da grande depressão do período de 1929-1933. Essa capacidade está sendo totalmente retirada por meio de medidas legais que limitam os gastos do Estado por duas décadas, acompanhadas de medidas complementares que desvinculam os recursos destinados às áreas de educação e saúde. É a noção de Estado mínimo levada a seus termos finais!

A escala desses números e a profundidade das propostas em curso indicam, por si sós, que o palco da luta política para elaborar um Projeto

Nacional e construir um Brasil menos desequilibrado socialmente e mais humano em suas relações interpessoais é o *Espaço do Orçamento do Estado*. Qualquer discussão que se pretenda inteligente e honesta não deve prescindir de levar em consideração esse aspecto. Caso a esquerda continue prisioneira das teorias e metodologias da direita (e produzidas fora da nossa realidade), a sua luta será tão vitoriosa quanto à luta do caranguejo para sair da lata.

Para concluir estas notas deste breve ensaio, devemos afirmar que só é possível compreender o grau da letalidade social imanente à PEC n.º 241/55 se a discussão for trazida para esse âmbito mais geral do orçamento estatal. As estatísticas da criminalidade, do analfabetismo e da indigência social não mostrarão (porque numéricas e falhas) adequadamente que o Brasil está sangrando, que o sangue está jorrando e o seu corpo arquejante nele se afoga! Só a leitura atenta do *Orçamento da Nação* mostrará que o Estado, antes tido ou esperado como instância para a superação de desequilíbrios sociais, cada vez mais se torna fonte inspiradora irreparável de conflitos.